



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

Ata da 1ª reunião do Comitê Técnico de Acompanhamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, realizada nos dias 13 e 21 de fevereiro de 2019, na Cidade do Recife – PE.

A 1ª reunião do Comitê Técnico de Acompanhamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste foi realizada em dois momentos, o primeiro no dia 13 de fevereiro e o segundo, no dia 21 de fevereiro de 2019. Aos 13 dias do mês de fevereiro do ano de 2019, às 14h, estiveram reunidos na sala de reuniões Juscelino Kubitschek, nesta Capital, o Presidente Senhor **Mário de Paula Guimarães Gordilho, Superintendente da SUDENE**, os Diretores **Sérgio Wanderley Silva**, Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos; **Aluizio Pinto de Oliveira**, Diretor de Administração e dos Senhores **Bruno Valença Guedes**, Chefe de Gabinete, Interino; **Manoel Francisco do Carmelo Santos Barreiros**, Coordenador-Geral de Gestão Institucional; **Rafael Feitosa**, Coordenador-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento; **Martinho Leite de Almeida**, Ouvidor; **Ademir Pedro Vilaça Júnior**, Coordenador-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação, interino; **Breno Arruda S. Oliveira**, Coordenador de Normatização de Fundos de Desenvolvimento e de Financiamento da Sudene; **Cláudia Silva**, Assistente da Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e de Financiamento; **Artur Sedycias**, técnico da Diretoria de Fundos; **Gabriela Lins Barbosa**, Coordenadora Substituta de Avaliação; **Marcos Falcão Gonçalves**, Gerente executivo de Avaliação de Políticas e Programas do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, vinculado ao Banco do Nordeste; **Irenaldo Rubens N. Soares**, da Superintendência de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste; **Kleber Bandeira**; **Clara**; **Ana Borges**; **Priscila Franco**, todos da Coordenação-Geral de Gestão dos Fundos Constitucionais de Financiamento, unidade da Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos, vinculada à Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) que participaram por videoconferência, e sendo chamado para assessorar os trabalhos, o Senhor **Manoel Francisco do Carmelo Santos Barreiros**. Iniciando os trabalhos o Senhor **Superintendente da SUDENE** cumprimentou a todos, e abriu a reunião informando que estava sendo gravada e solicitou que os participantes se apresentassem para registro das presenças. Em seguida deu início com o item 1 da pauta, referente à proposta do regimento de funcionamento do comitê. Essa proposta de pauta foi distribuída a todos os membros do Comitê com bastante antecedência para possíveis observações. Tendo em vista a dificuldade de transmissão das apresentações em Power-Point para os integrantes do Ministério do Desenvolvimento Regional, o Senhor Manoel Barreiros sugeriu a identificação de um interlocutor de lá para que pudesse enviar a apresentação e ter um melhor aproveitamento do conteúdo haja vista que surgiu uma inesperada dificuldade em se transmitir de Recife essas apresentações. O Senhor Kleber Bandeira ficou responsável disponibilizando seu endereço eletrônico: kleber.bandeira@integracao.gov.br. O Superintendente deu prosseguimento ao item 1, informando que o ponto principal e inicial foi submeter aos membros do conselho a proposta do regimento do comitê técnico de acompanhamento. Questionou se os presentes teriam alguma observação a fazer. Manoel Barreiros



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

solicitou autorização para realizar comentários sobre a proposta; com a autorização do Senhor Mário Gordilho, prosseguiu o Senhor Manoel Barreiros, lembrando que o item tratava-se de uma solicitação contida no Acórdão 1271, de 2018 do Tribunal de Contas da União, em que apresentou à Sudene uma recomendação para que a SUDENE estudasse a conveniência da criação desse Comitê. Foi Consenso da Diretoria Colegiada da Autarquia o encaminhamento da proposta de criação deste comitê ao Conselho Deliberativo. A proposta de constituição foi aprovada pela Resolução CONDEL nº 126, de 11/12/2018. Por sua vez, a Sudene encaminhou pelo ofício nº 737/2019-SEI-SUDENE, de 25/01/2019, convite dirigido ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Regional para esta reunião, juntando a minuta do regimento e pedindo, inclusive, contribuições. Acrescentou que a apresentação ora sendo feita em power-point contém alguns dos principais pontos da proposta, como a finalidade; atribuições dos componentes e do Presidente dos trabalhos, regularidade e frequência das reuniões. Ainda com a palavra, o Senhor Manoel Barreiros informou que a SUDENE tinha sugestões a fazer no item finalidades, porque verificou que os incisos II e III do art. 2º da proposta se referiam a processos e que estariam melhor localizados no artigo 4º, referente às competências do Comitê. Informou ainda, que a proposta de composição construída em comum acordo com o então Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, hoje Ministro do Desenvolvimento Regional, Sua Excelência o Senhor Gustavo Canuto, é ter, por conta dos conteúdos de interesse, representante do MDR, do Ministério da Economia e do Banco do Nordeste do Brasil, com a presidência do Superintendente da SUDENE, a exemplo de outros Comitês que já existem e são vinculados ao Conselho Deliberativo da SUDENE conforme prevê a Lei Complementar nº 125/2007, de criação da Autarquia. Ressaltou o Senhor Manoel Barreiros que “na essência seriam esses os pontos que gostaríamos de destacar no âmbito da proposta de comitê”. A constituição do comitê foi aprovada pela Resolução 126 e o Regimento seria, depois desses ajustes, encaminhado para apreciação e deliberação do Conselho Deliberativo na sua próxima reunião. “Senhor Presidente são essas as observações que teríamos a fazer nesse momento”, afirmou Manoel Barreiros. Com a palavra, o Senhor Mário Gordilho indagou: “você se referiu aí no artigo 2º, incisos 2 e 3, eles passam para onde?” Manoel Barreiros esclareceu que os incisos 2 e 3 passariam para o bloco de competências que está descrito no artigo 4º, nas competências do comitê de acompanhamento do FNE. O Superintendente concedeu a palavra para os demais presentes. O Senhor Mário Gordilho reforçou a importância de ter um ritual e uma formalidade no Conselho porque as decisões tomadas serão discutidas no Condel, “então elas têm que ter uma mesma diretriz, mesma rotina. A posição da Sudene é manter essa organização e ordenamento do Comitê no Regimento interno” informou o Superintendente. Manoel Barreiros informou que o acórdão 1271/2018 chama a atenção para uma particularidade, ele inspira que esse comitê seja criado nos moldes dos que já existem. “Já temos três comitês ligados ao Conselho Deliberativo, que seguem a mesma estrutura de organização”. E complementou, “olhando para um grupo pequeno de participantes poderia até ser procedente essas sugestões de simplificação da proposta, mas uma sala com 15 integrantes, se não tiver um ordenamento dessas instruções pode trazer prejuízo para o alcance do objetivo”, afirmou Manoel Barreiros. O representante do Ministério do Desenvolvimento Regional concordou com o procedimento por que inicialmente entendeu que eram muitas atribuições para um grupo pequeno, que vai ser composto por 4 representantes. Uma coisa que o representante do Ministério de Desenvolvimento Regional observou foi a questão da votação, porque no primeiro momento entendeu que só quem vai votar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

são 3 representantes: do MDR; do Ministério da Economia; e do Banco. “Lá na frente fala que o ouvidor não tem direito a voto e entendemos que o Presidente votaria só em caso de empate”, salientou o Senhor Kleber Bandeira (MDR). O Senhor Manoel Barreiros esclareceu que a SUDENE também tem direito a voto. Na oportunidade, Manoel Barreiros informou que estavam anotadas as observações. O Senhor Mário Gordilho sugeriu que o regimento se aproxime bastante do regimento dos outros comitês. Manoel Barreiros esclareceu que está na mesma linha dos outros regimentos de comitês – Comitê das Secretarias de estado da área de atuação da Sudene; dos órgãos e entidades Federais de atuação regional e das instituições financeiras Federais de atuação regional: Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES. O Senhor Mário Gordilho informou que o Comitê do FNE poderá ter muito mais participantes convidados do que apenas 4, contando a SUDENE. O Senhor Manoel Barreiros informou que em caso de necessidade de desempate, o Presidente tem o voto de minerva. Com a palavra, o Senhor Mário Gordilho colocou que não enxerga a previsão de desempate como algo negativo no regimento, porque em algum momento pode ser necessária a mudança da composição dos membros e já fica a previsão dentro do regimento. Em continuidade, informou que o Governo pode resolver inserir mais um membro nesse comitê. “Que acham?” O Senhor Kleber Bandeira, respondeu que vai repassar as discussões para o Subsecretário, Senhor Feliciano e para a Coordenadora Cilene, mas a equipe técnica está em concordância. O Senhor Mário Gordilho prosseguiu para o item 1.2 que é o acompanhamento do FNE 2018 e análise das aplicações do FNE 2017, resultados e impactos, dando uso da palavra ao Senhor Rafael Feitosa. Com a palavra, o Senhor Rafael informou que iria encaminhar a apresentação por e-mail e no momento discutiria cada ponto. O Senhor Mário Gordilho questionou a dificuldade de visualização das apresentações como sendo uma deficiência momentânea com o que concordou o Senhor Kleber Bandeira (MDR). O Senhor Rafael Feitosa retomou a palavra se referindo a pauta e informou que iria expor basicamente os pontos 2, 3 e 4 da Pauta. Acrescentou que tanto o comitê quanto o trabalho que iria apresentar no momento são frutos de uma auditoria do Tribunal de Contas da União – Acórdão 1271/2018. De acordo com este coordenador “da parte da Sudene, essa atividade não é atribuída apenas à Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento, considerando haver assunto afeto à área do Ademir Vilaça que é o Gestor frente da Coordenação -Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação. Cada área com sua abordagem e mesmo objetivo, que é melhorar a governança da Sudene em cima de como as aplicações do FNE têm sido efetivadas”. Prosseguiu informando que na Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGDF/DFIN/SUDENE) iniciou desde o final de 2018 um trabalho cujo resultado dá origem a dois relatórios, sendo um referente ao “Acompanhamento das Aplicações do FNE” e o outro intitulado “Relatório de Acompanhamento do Cumprimento das Recomendações Expedidas pelo CONDEL no âmbito do RRI 2017”, “todo mundo aqui está familiarizado com isso. Inclusive, o “RRI” deste ano deverá ser entregue pelo Banco até o final de março, no formato que a Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos elencou e esse relatório vai ser objeto de análise tanto pela área da Subsecretaria, quanto pela nossa”. Explicou que “em decorrência desse trabalho são geradas as recomendações. Essa atividade criada e discutida nesta reunião surgiu para acompanhar a efetividade das recomendações de modo que, atualmente, no fechamento de 2018, a Sudene entende que todas as recomendações em relação à 2017 foram atendidas, salvo a criação de uma agenda estratégica para desenvolver alguns setores prioritários



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

de aplicação de recursos no Fundo Constitucional, como a área de indústria, infraestrutura, a área de comércio e serviços e discutir melhor essa distribuição dos recursos por estado principalmente e também por setor. A sugestão é que o último ponto do relatório fosse discutido nesta reunião ou na próxima no sentido do que poderia ser feito para tentar minimizar a concentração observada nos financiamentos”. Com a palavra, o Senhor Marcos Falcão, do Banco do Nordeste informou, com relação a esse ponto de concentração de recursos nesses três estados (BA, CE e PE), que é histórico, até mesmo pela própria dinâmica da economia desses três estados. O senhor Marcos Falcão informou que seria interessante comentar o resultado de alguns estudos comparando FNE com desembolso do Sistema Financeiro Nacional: “temos observado, paulatinamente, que os desembolsos do FNE, apesar dessa concentração, têm sido maiores do que o Sistema Financeiro Nacional naqueles estados de economia mais deprimida, notadamente PI e PB”. E continuou, “os únicos estados onde o Sistema Financeiro proporcionalmente aplica mais que o FNE, são justamente BA, PE e CE, ou seja, o FNE, de qualquer forma, está contribuindo para essa desconcentração”. O Senhor Mário Gordilho informou sobre a importância da Sudene contar com a rede do Banco do Nordeste na região, até para que possam ser feitos comparativos em relação às aplicações do banco e aos investimentos da Sudene, inclusive para subsidiar às decisões a serem tomadas. E acrescentou, “a Sudene tem pouco, mas o hoje Ministério do Desenvolvimento Regional tem um recurso orçamentário substancial tanto pela absorção do Ministério das Cidades como o próprio Ministério da Integração”.

O representante do Banco do Nordeste, Marcos Falcão, retomou a palavra informando que estão com roteiro de viagens para conhecer melhor os municípios, previsto para março e abril, no qual convidou técnicos da Sudene para estarem presentes. Escolheram aproximadamente 15 municípios, dos 40 selecionados, em todos os estados da área de atuação Sudene e FNE. Retomando a palavra, o Senhor Mário Gordilho questionou: “houve uma checagem se entre as 40 cidades e as nossas há coincidência?”. O Senhor Ademir Vilaça informou que grande parte sim, umas 30 (80%), são as mesmas, porque a classificação do BNB representa melhor a polarização regional e não necessariamente são cidades de grande porte, muitos habitantes. O Senhor Rafael Feitosa aproveitou a fala do Senhor Marcos Falcão, Banco do Nordeste, sobre a questão da concentração, questionando: “a aplicação do FNE está superior a aplicação do Sistema Financeiro Nacional como um todo em regiões pouco favorecidas, vocês entendem que isso é desconcentrador? Na opinião de vocês essa concentração da aplicação em si não é um vetor extremamente relevante de concentração intraregional? Vocês entendem que o fato de ser maior que o Sistema Financeiro Nacional implica em ser superior em termos de magnitude, se comparado com a tendência de concentração nessas principais capitais? E vocês não entendem que talvez uma ação de indução pudesse ser pensada?”.

O representante do Banco do Nordeste, Marcos Falcão, respondeu informando que “da forma que o FNE tem sido aplicado, ele contribui para essa desconcentração, não de forma radical. Na forma macro, o FNE por si só já contribui por uma desconcentração inter-regional. Ao aplicar relativamente o macro Sistema Financeiro naquelas regiões mais deprimidas, isso também contribui para uma desconcentração intraregional”. O Senhor Rafael Feitosa perguntou aos integrantes do Ministério do Desenvolvimento Regional que estavam na videoconferência se eles tinham alguma observação a fazer sobre esse ponto e o representante do MDR pediu para prosseguir. Na sequência, Rafael



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE**

Feitosa relatou os problemas que tem encontrado para fazer a atividade requerida pelo Tribunal de Contas através do Acórdão 1271/2018. O principal problema tem ligação à classificação de dados, conforme sinalizado no “Relatório de Acompanhamento das Aplicações do FNE”. A área técnica está com dificuldade de desenvolver uma análise mais robusta e aprofundada, pois muitos ajustes ainda precisam ser feitos nas planilhas enviadas pelo BNB para que possamos aprimorar as análises, sendo que todos esses ajustes estão contidos no relatório já finalizado, ainda pendente de aprovação da Diretoria Colegiada. Ainda sobre o assunto, o Senhor Rafael Feitosa destacou: “Nós da CGDF, juntamente com a equipe da CGEP, gostaríamos de ser capazes de replicar estudos de impacto desse instrumento na economia real, principalmente na geração de emprego e renda, a principal finalidade desse instrumento. O primeiro problema que compromete essa análise é que os dados encaminhados pelo BNB daquelas mais de 500 mil operações, têm uma parcela não desprezível de operações, cujos códigos de atividade econômica não estão presentes, isso já foi alertado em relatórios passados (fechamento do terceiro trimestre do ano passado) e eles permaneceram nos meses subsequentes”. O Senhor Rafael Feitosa salientou que a Sudene foi obrigada a fechar 2018 com cerca de R\$ 11 bilhões numa zona cinzenta, impossível de classificações básicas como “atividade econômica”, e que isso compromete uma análise setorial, da forma como o recurso está sendo aplicado, lembrando que é uma política setorial. Outro problema é falta de tempestividade no envio dessas informações. Originalmente foi pedido por ofício, que as informações fossem enviadas até o décimo quinto dia corrente do mês subsequente ao fechamento de determinado mês. Na prática, a Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Financiamento (CGDF) da Sudene só conseguiu fechar o quarto trimestre de 2018 em 12 fevereiro, porque as informações foram encaminhadas dia 31/01/19. O Senhor Rafael Feitosa destacou: “entendemos que é uma rotina nova, mas queremos saber como faríamos para deixar isso mais fluido”. Outro problema detectado foi um erro de classificação de municípios que estavam/não estavam no semiárido na relação de contratos que foram enviados, pois foi verificado que alguns municípios não estavam seguindo as resoluções do Conselho Deliberativo. Sendo assim, a área responsável da Sudene sinalizou a atenção na classificação desses municípios, para evitar resultados inconclusos. “Seguindo nessa tônica dos desafios que a CGDF tem encontrado para melhorar a qualidade da análise, estamos falando em dados básicos, nesse sentido tem mais dois pontos”, afirmou o Senhor Rafael Feitosa. “O outro ponto é análise da finalidade do crédito. O FNE tem 14 programas de financiamento, cada um tem uma linha. É extremamente relevante sabermos como este recurso está sendo aplicado do ponto de vista da “finalidade”, ou seja, se está indo para financiamento de capital de giro ou capital fixo, foi percebido que uma parcela significativa do PROINFRA, por exemplo, não estava classificada”. O Senhor Rafael ainda com a palavra, informou da importância de os dados básicos serem segregados por setor e por programa, e indagou: “para onde está indo esse dinheiro? Está indo para custeio, capital? Era um dado importante e não conseguimos concluir uma análise sobre isso porque os dados não são conclusivos, seja por estarem agregados, seja por não estarem classificados”. E continuou o Senhor Rafael “outro ponto não menos importante é o entendimento sobre o que o Banco do Nordeste considera como semifixo. Um último ponto é a falta de legenda para os dados encaminhados pelo Banco, de entendimento dos dados que estão sendo disponibilizados, e nesse sentido sugeriu que fosse realizada reunião presencial entre o BNB e a Sudene para alinhar as informações. O representante do Banco do Nordeste retomou a palavra informando que as questões levantadas já



Serviço Público Federal
Ministério de Desenvolvimento Regional
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

foram objeto de ofício da Sudene e em breve enviará a resposta. “A primeira coisa que está se encaminhando no ofício é exatamente esse layout do arquivo explicando a que se destina cada campo”, afirmou.

Dando continuidade a sua fala, o representante do Banco do Nordeste, Irenaldo Rubens, expôs que a questão do Semiárido já está seguindo para a SUDENE, inclusive os técnicos do BNB solicitaram que a Sudene informasse em quais municípios foram identificadas divergências para constatar se existe alguma “sujeira na base de dados” ou se realmente há uma classificação inadequada. O Senhor Rafael Feitosa informou que vai encaminhar uma lista, tão logo o relatório seja aprovado pela Diretoria Colegiada. O representante do Banco do Nordeste reconheceu que há um desencontro em relação ao campo que foi encaminhado sobre um setor do FNE. Ressaltou o representante do BNB que nas próximas remessas para a SUDENE será suprimido esse campo “setor” porque “existem dois campos na nossa base que é o setor, que é o geral para o banco, e algo específico para o FNE – setor de interesse FNE, nomenclatura interna, mas na verdade não era para ter vindo o setor, que é geral, apenas o segundo, porque realmente causa esse tipo de divergência”. Informou ainda, que se pesquisar pela chave “setor” a divergência é grande, e que as pessoas que trabalham na parte de estudos e avaliação do Banco do Nordeste já estão cientes sobre essa divergência, porém nas próximas remessas esse campo será suprimido. O representante do Banco do Nordeste, Marcos Falcão, prosseguiu falando que “se uma empresa faz parte de um grupo econômico, a classificação leva em consideração a classificação do grupo e não a individual. Tem questões de empresa e implantação, mas a classificação do grupo olha o faturamento e a receita que a empresa está prevendo”. O Senhor Rafael Feitosa indagou em relação à segregação do investimento misto, capital de giro e capital fixo, pedindo sugestão de como poderiam trabalhar essa questão. O representante do Banco do Nordeste informou que varia muito em relação ao setor, que não dá para dissociar. Informou também, que em determinadas situações econômicas faz-se necessário o custeio para manter os empreendimentos. Não dá para encaminhar unicamente com investimento, mas conhecendo a realidade regional, o custeio também é necessário. Na sequência, o representante do Banco do Nordeste informou que “quando falamos de setores como comércio, serviços, agricultura, setor rural se faz necessário o custeio também, até mesmo como complemento a esse investimento.

O representante do Banco do Nordeste destacou que o problema da região é a desigualdade, seja intrarregional ou inter-regional, e uma das suas causas é falha de mercado, caracterizada pela assimetria do crédito. E acrescentou o representante do BNB “as causas para essa desigualdade são inúmeras: questão do capital humano, assimetria de crédito, todos eles não como problema principal, mas possíveis causas”. O Senhor Mário Gordilho destacou que uma das coisas que a SUDENE está pensando em buscar é reavivar a plantação de palma na zona Semiárida, que houve uma praga que eliminou mais ou menos metade dos quinhentos hectares plantados e hoje só há cerca de 200 mil ha. De acordo com o Senhor Mário Gordilho “temos que buscar junto com o Banco um incentivo ao replantio da palma nas zonas aonde possa ter uma pecuária caprino”. O representante do Banco do Nordeste informou que a própria Embrapa tem um projeto que é o plantio adensado da palma forrageira. Acrescentou o representante do Banco do Nordeste que o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (FUNDECI) do Banco do Nordeste, financiou esse estudo com experimento no Rio Grande do Norte. O Senhor



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE**

Mário Gordilho solicitou ao Banco do Nordeste dados e/ou avaliação sobre esse projeto, para o estudo do PRDNE, por ser um ponto de apoio à agricultura no Nordeste. Solicitou também ao Senhor Ademir Vilaça a checagem dessa informação.

Com a palavra, o representante do Banco do Nordeste, Irenaldo Rubens, informou que em relação ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), apesar de não ter engajado, o Banco desde o primeiro momento nas conversações, fez o que podia para automatizar ao máximo o processo de implantação do Fies, realizou acordos com as Universidades e divulgação com os alunos.

Acrescentou que “o Banco criou um sistema automatizado que faz cadastro automático para evitar que o aluno vá ao Banco, o Banco vai até a Universidade para colher as assinaturas e ver a documentação naquele momento. O que foi possível colocar em termos técnicos que o Banco tinha para atender esse público foi colocado”. O Senhor Rafael Feitosa questionou se o Banco atribui a baixa procura por FIES em 2018, de apenas R\$ 1,5 milhão, à questão do sistema e se na visão deles ocorreu algum problema de demanda? O representante do Banco do Nordeste informou que toda a demanda recebida foi tratada. Com a palavra, o Senhor Mário Gordilho questionou se os representantes do Ministério do Desenvolvimento Regional teriam alguma observação a fazer. O Senhor Kleber Bandeira fez uma observação sobre a questão dos dados informando que tem um projeto com o Banco do Nordeste para conseguir os micro dados; a segunda questão é a parte de acompanhamento dos dados que vinha sendo feita por outra coordenação e agora será repassado para o Ministério. Acrescentou que brevemente estarão familiarizados com os números e participarão das reuniões deste Comitê com mais propriedade. O Superintendente da Sudene destacou que o Banco tem 4 ou 5 fontes de informações, mas talvez fosse bom em algum momento se reunirem os 4 órgãos envolvidos neste Comitê para tentar afunilar as informações, criar um quadro único para reduzir a questão da mão de obra. O Senhor Kleber Bandeira sugeriu fazer posteriormente a reunião para ter uma base única de informações. O Senhor Rafael Feitosa acrescentou a importância de se pensar uma estratégia sobre como o Ministério do Desenvolvimento Regional e a Sudene poderiam trabalhar conjuntamente para evitar fazer a mesma coisa. O Superintendente Mário Gordilho sugeriu que o Ministério do Desenvolvimento Regional definisse uma data (em março) para “reunirmos o Ministério como o grande chefe e a Sudene como preposto da região”. Acrescentou que todas as informações devem estar na mesma linguagem, para não haver grande disparidade. Com a palavra, o Senhor Ademir Vilaça informou que o BNB já faz várias avaliações e sabe que o nível de uma análise de efetiva qualidade precisa de identificação do CPF dos trabalhadores e do CNPJ das empresas. Informou que a Sudene está sendo cobrada para fazer essas avaliações. Também é de interesse do Banco que a Sudene (agente um pouco mais externo) faça essa avaliação. Afirmou o Senhor Ademir Vilaça “atualmente temos uma servidora que está deslocada para Brasília para replicar as técnicas de avaliação, para conseguirmos avançar no estudo dos Fundos. O interesse da Sudene pegar esses dados é que queremos fazer exatamente o que Dr. Mário colocou, casar os dados com os que a Sudene tem das empresas incentivadas, teremos vários tipos de análises”. Ainda com a palavra, o Senhor Ademir Vilaça informou que a Sudene dispõe, na condição de sigilo, dos dados que foram repassados pelo Ministério do Trabalho, então a questão de segurança dos dados não é o problema. O Superintendente Mário Gordilho informou que “o Ministério da Economia tem os interesses dele



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

em relação ao corte dos incentivos fiscais e nós temos interesse na defesa dos incentivos fiscais, logicamente se forem eficientes”.

O Senhor Ademir Vilaça informou que o Banco possui uma célula de avaliação, a Sudene tem atribuição legal, institucional de fazer avaliação, e que além disso foi incluído destaque do orçamento do FNE para contratação de avaliações adicionais, que existem questões qualitativas atreladas à pesquisa de campo e que o destaque orçamentário é para fazer pesquisa de campo. E destacou o Senhor Ademir Vilaça “nosso objetivo é fazer com que essas avaliações sejam complementares para suprir a carência de mão de obra que enfrentamos na Sudene”. Ainda tratando da abordagem sobre alguns setores que chamaram a atenção das primeiras avaliações, o Senhor Rafael Feitosa informou que percebeu uma concentração de recursos do FNE na área da energia, onde cerca de 78% do orçamento de R\$ 16 bilhões foram canalizados para essa área, e que gostaria de saber o que pensa o Banco. Acrescentou, como sugestão ao Banco, pensar em criar alguma contrapartida nesse setor de energia haja vista que ele é conhecido por ser pouco intensivo na geração de mão de obra. O Senhor Ademir Vilaça pontuou a importância do Banco em considerar uma ação indutora para saneamento nas cidades médias. Adicionalmente, o senhor Rafael Feitosa informou que gostaria de dar ciência aos integrantes do Ministério e Banco da realização de reunião com equipe do TCU de Pernambuco para tratar da regulamentação da Lei 13.636/2018, a qual dispõe acerca do “Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)”, ressaltando que esta lei prevê que uma das fontes de financiamento é o FNE. Informou que é fundamental que o assunto seja regulamentado o quanto antes e solicitou que a equipe do Ministério desse alguma orientação geral de como deveríamos proceder. Concluindo a abordagem do item 1 da pauta, o Senhor Mário Gordilho agradeceu a presença de todos, bem como, as informações trazidas pelo Banco do Nordeste acrescentando que os demais itens terão continuidade no dia 21 de fevereiro, às 14h. Aos **21** dias do mês de fevereiro do ano de **2019**, às **14h**, estiveram reunidos na sala de reuniões Juscelino Kubitschek, nesta Capital, objetivando a continuação da pauta, o Presidente Senhor **Mário de Paula Guimarães Gordilho, Superintendente da SUDENE**, os Diretores **Sérgio Wanderley Silva**, Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos; **Aluizio Pinto de Oliveira**, Diretor de Administração e dos Senhores **Bruno Valença Guedes**, Chefe de Gabinete, Interino; **Manoel Francisco do Carmelo Santos Barreiros**, Coordenador-Geral de Gestão Institucional; **Rafael Feitosa**, Coordenador-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento; **Martinho Leite de Almeida**, Ouvidor; **Ademir Pedro Vilaça Júnior**, Coordenador-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação, interino; **Breno Arruda S. Oliveira**, Coordenador de Normatização de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento da Sudene; **Cláudia Silva**, Assistente da Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento; **Artur Sedycias**, técnico da Diretoria de Fundos; **Gabriela Lins Barbosa**, Coordenadora Substituta de Avaliação; **Henrique Jorge Tinoco de Aguiar**, Superintendente de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste; **Irenaldo Rubens N. Soares**, da Superintendência de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste; **Ana Borges**; **Priscila Franco**, ambas da Coordenação-Geral de Gestão dos Fundos Constitucionais, unidade da Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos Fiscais, vinculada à Secretaria-Executiva do Ministério de Desenvolvimento Regional que participaram por videoconferência, e sendo chamado para assessorar os trabalhos, o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

Senhor **Manoel Francisco do Carmelo Santos Barreiros**. Retomando os trabalhos o Senhor **Superintendente da SUDENE** cumprimentou a todos, e deu início aos trabalhos, repassando a palavra para o Senhor Ademir Vilaça. Com a palavra o Coordenador-Geral Ademir informou que a ideia era apresentar os trabalhos que a Sudene está realizando no âmbito do acórdão TCU 1271/2018, o qual determinou três atribuições para a autarquia: uma avaliação de impactos do FNE; realização do inventário de Políticas Públicas; e um estudo de vocações e potencialidades para direcionar as diretrizes e prioridades que saem anualmente do FNE. Com relação a avaliação dos impactos, a Sudene buscou utilizar um método de avaliação mais avançado, inclusive superior ao que a Fazenda apresentou no relatório. O inventário de Políticas Públicas foi prejudicado com a mudança de Governo, mas já foram feitos contatos com o Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da educação, e recentemente recebemos retorno até do Ministério da Defesa, em relação a algumas ações do ano passado que foram articuladas. Com relação ao Estudo de potencialidade, o objetivo da Sudene é fazer um mapeamento da estrutura produtiva para entender onde estão as concentrações produtivas regionais e cruzar essas informações com a distribuição de crédito do FNE. O Senhor Ademir apresentou um mapa “índice de Moran” que busca identificar onde os setores produtivos estão concentrados no espaço. Na sequência, o Senhor Ademir Vilaça informou que avaliou a concentração com base numa técnica chamada coeficiente locacional, que analisa a participação do setor produtivo na economia regional em comparação com o Brasil. Os mapas têm como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Primeiramente foi feita a análise para a agropecuária e posteriormente para a indústria. Como este último setor é muito heterogêneo, ele foi desagregado seguindo uma classificação internacional. Para os três primeiros setores a correlação espacial é significativa, ou seja, estão realmente concentrados no espaço e essa concentração pode ser identificada ao longo do território. Para os setores industriais baseados em ciência e tecnologia, as indústrias são mais dispersas, não tem essa concentração espacial. E continuou o Senhor Ademir, “o objetivo é cruzar essas informações sobre concentração produtiva com a distribuição do crédito do BNB. Vão ser feitos os mesmos mapas só que, com a oferta de crédito, vamos ver onde estão os setores e onde está o crédito. Vamos utilizar essa análise para ver se está direcionado; se pode ser direcionado para um setor mais específico, vamos usar isso como indicadores para a política pública. Esses trabalhos são preliminares, de qualquer forma semana passada tivemos uma visita do pessoal do TCU e dentre eles estava um dos Diretores que será o responsável por todos os acórdãos e ações relacionados ao Desenvolvimento Regional. Foi feita essa apresentação ainda que preliminar, gostaram bastante e informaram que esse tipo de análise atende o que estão pedindo no Acórdão 1271/2018 do TCU, qual seja, ter um embasamento concreto e robusto para direcionar o crédito. Obviamente a equipe ainda vai trabalhar nos resultados, mas o objetivo é conseguir alinhar a política de oferta de crédito às necessidades do setor produtivo. Considerando as discussões sobre a programação de infraestrutura, a Coordenação-geral de Estudos e Avaliação fez um levantamento sobre informações de saneamento básico a partir do Sistema Nacional de Informações de Saneamento com foco nos 41 municípios intermediários que fazem parte da Agenda Estratégica da Sudene que foi apresentada ao então Ministério do Planejamento. O primeiro indicador é o serviço de abastecimento de água que é relativamente bom, mas quando pegamos a cobertura de esgoto, concluímos que dos 41 municípios, apenas uma parte muito pequena tem uma oferta acima da média Nacional. A média Nacional em si já é muito baixa e a média do Nordeste ainda menor. Além de realizar esse



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

levantamento, a Sudene procurou quais as empresas fornecedoras nas cidades, das 41, trinta e quatro são sociedades de economia mista, ou seja, passíveis de financiamento pelo Banco do Nordeste. Como sugestão, poderíamos colocar isso como uma ação de indução que é uma coisa que o TCU cobra muito. As vezes usar essas cidades polos que tem maior estrutura e tem escala para fazer um serviço de saneamento possibilita averiguar a possibilidade de um financiamento que atenda especificamente essa questão de saneamento”. O Superintendente Mário Gordilho citou que é importante a atenção do Ministério em relação à vinda dos recursos também do FGTS através da incorporação do Ministério das Cidades, para somar os esforços dos recursos de saneamento via FGTS e da parte via FNE do PROINFA. O conhecimento que o Conselho Curador do FGTS tem dos investimentos realizados na área de saneamento é muito importante para somar os esforços. Ademir Vilaça retomou a palavra informando que foi demandado pelo Superintendente a apresentação de propostas para os empréstimos em infraestrutura e o apoio ao saneamento básico é uma possibilidade de atuação conjunta entre Sudene e BNB, que isso não necessariamente vai se materializar como projeto financiável, mas cabe à Sudene e ao BNB fazer esse papel indutor, e que, seguindo um pouco essa linha “é o que nós esperamos fazer para o FNE com esse estudo que estamos trabalhando”. Continuou o Senhor Ademir, informando que os resultados ainda são preliminares, mas que, à medida que forem mais robustos serão usados para direcionar o FNE, e acrescentou “estamos com a ajuda da Coordenação de Fundos, estamos cruzando com as informações que o banco manda, estamos atuando conjuntamente para conseguir fechar um direcionamento que atenda essa recomendação do TCU, de fazer diretrizes que sejam mais aderentes à realidade local”.

O Senhor Henrique Tinoco faz uma observação com base na colocação do Superintendente, em relação a trazer os recursos orçamentários do FGTS das cidades, dando conta de que o Fundo Constitucional, por si só, não tem o condão de promover, como instrumento isolado, a redução da desigualdade como objetivo maior, posto que isto passa necessariamente pela capacidade de mobilização de outras ações, de novos convênios para que esses recursos venham a se somar aos Fundos Constitucionais. Vamos atuar para mapear municípios, mapear espaços, mas lembrando que o FNE só financia o setor privado e, neste contexto, termos a diretriz de financiar a infraestrutura, o saneamento básico, quer lá na região de Caruaru, na região do interior de Pernambuco quer em outro local, mas que pressupõe a existência de projetos. Continuou o Senhor Henrique, “neste sentido, a despeito do desafio que temos em fazer isso nestes espaços, inclusive por acompanhamento pelo TCU, nos cobrando uma ação indutora, e realização de “n” eventos, mas que podem não ser suficientes para a geração da demanda, de forma que seria inadequada a cobrança ao BNB, de uma efetividade que não se mostra factível nos termos dos espaço atuado, requerendo uma etapa preliminar de estruturação e indução. Em regiões como essa, as ações tem, necessariamente, que ter a ação inicial, sob ancoragem de orçamento público, preparando minimamente o espaço para a recepção dos entes privados que acessarão os recursos dos Fundos Constitucionais. A nossa grande arte é trabalharmos este arranjo, sem colocar como responsabilidade ao Fundo constitucional esta efetividade, como uma obrigação de acontecer, evitando a definição de prioridades por ações cujos espaços ainda não estão prontos para receber estes recursos ou, ainda, alegativa de que não cumprimos as prioridades que nós definimos. O superintendente Mário Gordilho informou que o FGTS tem que ser indutor porque ele tem recurso



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

de baixo custo, retorno já elevado nesse seguimento e para inverter essa situação nas cidades do Nordeste muito abaixo da linha do Brasil, se olharmos o que está sendo investido no Sul, é muito dinheiro. Continuou o Senhor Mário Gordilho “temos que ver com Cilene, Kleber, e vou tentar também conversar com o Ministro para fazer uma inversão desses recursos, para que a gente possa fazer saneamento nessas cidades, porque sem água e sem saneamento não tem jeito”.

O Senhor Henrique Tinoco disse que essa reflexão, no ponto de vista do banco, vai ajudar a dar um norte, e auxiliar a pensar nas ações indutivas, alertando, entretanto, que não se pode colocar amarras que esterilizem os recursos dos Fundos Constitucionais. Tal reflexão, no pior cenário para os Fundos constitucionais, resta preferível eles estarem aplicados, ainda que descasado de um foco específico, do que eles não estarem aplicados e sobrando em caixa, posto não estar em nosso domínio todas as variáveis sujeitas só a um ato de vontade da Sudene ou do banco em fazer eventos de indução para que os projetos surjam. O setor privado demanda mais, um arcabouço, que tenha uma ancoragem básica uma ação indutora de governo que crie condições para que o setor privado possa querer se endividar e tomar crédito. De acordo com o Superintendente Mário Gordilho, neste cenário, já será um desafio tomar crédito em cidades que representam 93% dos municípios da Região, com população abaixo de 50 mil habitantes.

O Senhor Henrique Tinoco retomou a palavra, concordando com o registro do Superintendente Mario, que nestes municípios a conta não fecha, pois a pequena escala de usuários não consegue gerar capacidade para pagar as contas de saneamento, sendo um requisito a equalização de governo. O Senhor Ademir Vilaça concordou 100% e acrescentou que o objetivo da sua Coordenação-Geral em apresentar isso, é tornar público que está sendo conduzido para aprimorar o FNE e colher contribuições de outros agentes. E continuou o Senhor Ademir, “essa agenda foi validada externamente ano passado no MDR. “Pegamos algumas opiniões do pessoal do IPEA para ver se essa metodologia seria boa, mas ela está em construção e aperfeiçoamento”. O Senhor Henrique Tinoco disse estar perfeito o diagnóstico e que a questão central é a estratégia para enfrentar este mesmo diagnóstico. O Senhor Ademir Vilaça retomou a palavra “eu fiz questão de apresentar aqui pra vocês já começarem a internalizar, por que esse nosso processo é até o meio do ano, então nós temos aí de 4 á 5 meses pra melhorar essa metodologia e adequá-la. Eu concordo que é importante ter um direcionamento, mas o importante é a gente não amarrar o fundo porque se a gente apertar demais se acaba criando pra nós mesmos uma restrição. O objetivo é fazer uma socialização do que está sendo pensado, do que está sendo feito pra que todos contribuam pra esse projeto ficar ainda mais sólido”. O Senhor Henrique Tinoco acrescentou que é importante, a despeito da presença das colegas do MDR, Ana Borges e Priscila, conversarmos também com a Dra. Cilene e com o subsecretário Luciano. Destacou ainda, que o presidente do Banco bem como toda a diretoria, já esteve com o Ministro Canuto, tendo eles demonstrado uma preocupação muito grande no trabalho de fortalecimento do Conselho Deliberativo (CONDEL), na participação dos governadores e de suas equipes, reportando ainda, destaques dos governadores que comentaram a percepção de que eles não se sentiam partícipes do processo de construção da programação do FNE. Concluindo, o Senhor Henrique Tinoco afirmou “acabamos ficando em loop, onde os governadores disseram que não iam para o Condel porque já estava tudo definido e por sua vez as coisas acabam não sendo definidas porque os Governadores não vão ao Condel. Nesta conversa do BNB com o Ministro Canuto, estamos fazendo esforço para que a ação seja uma ação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

participativa, mas com foco no momento do debate da programação e não ao longo das reuniões, evitando percepções de que a cada projeto as prioridades deveriam ser recorrentemente discutidas no Condel, posto que traria instabilidade nas ações definidas em alinhamento com as programações aprovadas”. Continuou o Senhor Henrique Tinoco, “os Governadores deverão ser sensibilizados no sentido de mobilizar suas equipes técnicas para esta construção”. Ademir Vilça acrescentou que terão mais subsídios, mais condições de chegar aos Governadores. De acordo com o Senhor Henrique Tinoco, o próprio Ministro Canuto vai construir as pautas do Condel com a sensibilidade para inclusão de temas adicionais que envolva o interesse da região e dos Governadores. E continuou o Senhor Henrique “o Condel tratará do FNE, mas cabe toda a discussão da política de Desenvolvimento Regional; da questão orçamentária; disso que o Superintendente colocou, de como vai levar o orçamento do FGTS para saneamento básico, dentre outros”. O representante do Ministério do Desenvolvimento Regional informou que está ouvindo e que na pauta do Condel já é tema de discussão o fortalecimento do Condel, que vai levar as sugestões do FGTS e de outros temas indutores da participação dos Governadores, quer no planejamento, quer na programação das Reuniões. O Superintendente Mário Gordilho questionou qual será a próxima apresentação. O Senhor Manoel Barreiros informou que será o item 2 da pauta. Com a palavra, o representante do Banco do Nordeste informou que os números de 2018 já foram trazidos anteriormente para a Sudene de forma mais informal, como uma prévia. Destacou o total do orçamento de R\$ 30 bilhões que estava previsto e o cumprimento de 108% do que estava previsto. Na oportunidade destacou o que tem para 2019 o montante de R\$ 23,7 bilhões, ainda como número preliminar, que poderá ser ajustado de acordo com o saldo de final de ano das disponibilidades do FNE, apurado tão logo tenha o fechamento do Balanço do Fundo. Destacou ainda, que já tinha, até o final de janeiro, R\$ 1,31 bilhão em operações contratadas, além de um estoque de R\$ 10,9 bilhões “dentro de casa”, e portanto, cerca de 46% da meta anual, sendo parte significativa, de operações de infraestrutura. Informou o representante do BNB (linha vermelha do gráfico apresentado) que no mesmo período de 2018, em janeiro e fevereiro, o Banco havia contratado basicamente crédito rural, visto que estava aguardando as definições do TFC, e somente a partir de março daquela ano começou a contratar e, desde então, sempre num resultado melhor do que o ano anterior. O Senhor Henrique Tinoco reportou “não podemos perder de vista que o banco assumiu essa responsabilidade de contratação plena dos recursos orçados, ainda incomodado com o ano de 2017, que sobrou recursos, e desafiado a gerar este comprometimento, numa perspectiva de mostrar resultados num contexto de possível mudança de governo, o que alimentou a estratégia do banco de perseguir com muita determinação e cobrança, a plena alocação dos recursos dos fundos constitucionais para mostrar que a região tem a capacidade de absorver este orçamento, como uma questão de honra”. O Superintendente Mário Gordilho perguntou se os números espelhados são de contratação mensal ou percentual. O Senhor Henrique explicou que o quadro está em percentual, destacando que 2017 foi melhor que 2018. Em relação às contratações no setor Infraestrutura, O Senhor Henrique Tinoco comentou que seus efeitos têm natureza transversal, posto que seus benefícios atende a região como um todo, como por exemplo energia, que entrou no sistema e está atendendo toda rede do nordeste. O representante do Banco do Nordeste informou, ainda, que a performance do orçamento global, foi superior em 32,6% a 2017, e que nesta estão incluídas, também, as operações de infraestrutura. O Superintendente Mário Gordilho perguntou quanto de recursos novos entraram no FNE em 2018.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

O Senhor Henrique Tinoco informou que foi em torno de R\$ 8,0 bi, como ingressos repassados pelo Tesouro. Acrescentou, ainda, que há uma perspectiva de acréscimo no orçamento anual, da ordem de R\$ 2,5 bi, reiterando, que está esperando fechar o balanço do FNE em 2018, para atualizar o orçamento de 2019 e convalidar a contratação de 100% desta disponibilidade. O Superintendente Mário Gordilho perguntou em quanto está o retorno das operações do FNE. O Senhor Henrique Tinoco informou que o retorno é representando pelos reembolsos das operações do FNE, destacando que a expectativa para 2019 é da ordem de R\$ 20 bi, tendo ocorrido em 2018 retornos em torno de R\$ 17 bi. O Superintendente Mário Gordilho questionou se o retorno está se mantendo constante. O Senhor Henrique Tinoco informou que é crescente, posto o crescimento das contratações, com algumas situações específicas que as potencializam, a exemplo das situações com renegociação de dívida que têm o incentivo de até 95% para liquidar dívida, o que aumenta as perspectivas de retorno. O Superintendente Mario Gordilho questionou “neste contexto de renegociação como vamos tirar o Nordeste do poço se os recursos acabam sendo “doados” e não emprestados?” O senhor Henrique Tinoco explicou que compreende a percepção do Superintendente, mas pondera o outro lado da perspectiva, qual seja, a de um produtor plantar numa região semiárida, com históricos registros de seca e sem saber se o novo plantio vai dar certo, nos últimos anos, por exemplo, não deu certo. Neste cenário, o fundo acaba tendo um papel de natureza mais social (a exemplo do PRONAF), mesmo reconhecendo esse risco, de atuar para a continuidade de apoio a estes empreendedores, ainda que no futuro possa haver uma lei para contemporizar estas limitações. E continuou o Senhor Henrique “não é demais lembrar a repercussão social deste apoio, num exemplo singelo e muito comum no Nordeste, que são as invasões dos centros urbanos pelos “mendigos” da seca. As ações adotadas nos últimos anos, por exemplo, permitiram ao Estado do Ceará, a drástica redução destas invasões nos últimos 5 anos”. O Superintendente Mário Gordilho perguntou se ainda nessa exposição do Banco vai ser dada a posição total dos recursos aplicados pelo Fundo e, dentro desses recursos, o que representa concessões, reduções ou de benefícios e se tem alguma análise desses números na apresentação. O Senhor Henrique Tinoco esclareceu que a apresentação não trata do tema, mas que a Fazenda fez esta avaliação nos estudos recentemente divulgados. E continuou “em citado estudo, a Fazenda considera o custo fiscal do FNE 2018 da ordem de R\$ 13,4 bilhões, nestes incluídos os custos decorrentes dos descontos, bônus e renegociações de dívidas, tendo em conta o custo de oportunidade da SELIC para os recursos alocados ao FNE. De forma superficial, essa é a conta que a Fazenda usa para dizer quanto o Fundo Constitucional custou para a Sociedade, aí entendendo que se o dinheiro tivesse disponível, remunerado à Selic, estaria gerando este retorno ao Governo e, como está sendo emprestado como subsídio, referida diferença é o custo para a Sociedade”. O Superintendente Mário Gordilho pontuou “devemos ver o que pode ser feito para evitar esse tipo de subsídio. Esse subsídio estaria aonde? Na agricultura, e porquê? Porque não tem chuva. Não tem água. Se esse dinheiro fosse aplicado para criar água nesses locais ou com adutoras ou perfuração de poços, talvez fosse melhor. O que o agricultor reclama é que não chove há dois anos, que perdeu a safra inteira. Se não tem água, não é lugar para plantar. Essa análise que a Fazenda está fazendo é verdadeira. Talvez fosse melhor pegar esse dinheiro e fabricar água porque senão vamos pegar boa parcela do recurso e perder. Essa diretriz, essa orientação da aplicação dos recursos tem que ser olhada mesmo”. O senhor Mário Gordilho perguntou “esse é o primeiro boletim que a Fazenda faz?”



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

O Senhor Henrique Tinoco, abrigou as ponderações do Superintendente, mas informou que olha o FNE, em especial, na ótica da agricultura familiar, muito mais como um programa social, de retenção no homem no campo, como uma alternativa melhor do que simplesmente dar os recursos, porque o Banco entende que o financiamento traz a responsabilidade de devolução, ainda que com taxas muito baixas, que assim permite aos maus usuários seu registro em SPC, CADIN, cujo nome fica sujo e alimenta a cultura do pagar, renegociar e liquidar, ainda que o valor retornado se situe em patamares baixos. E continuou o Senhor Henrique “não se pode negar, que dentro do setor rural já está consolidada a cultura de que se não chover, lá na frente vai ter uma lei e isto acaba comprometendo as ações de cobrança mais mediatas por parte dos Bancos Operadores”. O Senhor Ademir Vilaça lembrou que provavelmente em 2018 esse custo que chamam de subsídio implícito vá diminuir, e agora a taxa de juros flutua de acordo com a PCA, então a diferença em relação ao custo de oportunidade referido pelo Governo vai diminuir, por consequência o subsídio implícito vai diminuir. Segundo o Senhor Henrique Tinoco, esta avaliação já é real, posto que toda a parte de “subsídio” (redução de custo) é em cima da parcela de juro real, sem qualquer incidência sobre a atualização monetária. O pagamento da inflação ao FNE, nas operações não rurais, está garantida, ou seja, o FNE rende no mínimo a inflação mais alguma taxa de juro real. O Superintendente Mário Gordilho pediu que estes dados fossem explicitados nas informações, posto que o Banco é que tem condições de prestá-las. Na sequência, o Superintendente Mário Gordilho questionou o que foi feito na indústria de transformação ou na indústria automobilística no Brasil? O representante do Banco do Nordeste detalhou a programação da infraestrutura, destacando que dos R\$ 14,8 bi que estavam previstos para 2018, foram aplicados R\$ 16,2 bi, destacou ainda, que das aplicações totais, houve uma divisão onde 47% foi para o setor rural e 53% para o setor não rural. O Senhor Henrique Tinoco complementou ainda, que dentro do rural existe uma atividade empresarial de alto nível, representado pelo agronegócio, trazendo uma situação de equilíbrio ao setor como um todo.

O Superintendente Mário Gordilho questionou a média dos empréstimos de anos do Banco em números por anos? O Senhor Henrique Tinoco destacou as diversas tipologias de negócios realizados com os recursos do FNE, exemplificando que nos financiamentos de custeio, os prazos são os do ciclo da atividade, em torno de 01 ano, e que nas operações de financiamento de máquinas e equipamentos isolados vão em torno de 6/7 anos. Quanto aos investimentos, informou que estes se situam entre 10 e 12 anos, com prazo máximo de 12. No caso das operações de infraestrutura estes prazos podem atingir 20 anos. Na oportunidade, esclareceu que não se pode dar um empréstimo a um empreendedor, cujo prazo de amortização comprometa menos de 30% da receita líquida, posto que o subsídio existente alimenta a demanda do empreendedor em ter o financiamento no prazo máximo possível. Acrescentou o Senhor Henrique que o BNB considera faixas de capacidade de pagamento apurada no projeto, como pisos e tetos para regular os prazos de financiamento. O representante do Banco do Nordeste informou ainda, que fez um recorte do comércio e serviço para mostrar como se distribuem estas contratações, reportando que dos R\$ 5,8 bilhões do comércio e serviço, destaca-se o comércio varejista e atacadista, este com mais de R\$ 1,0 bilhão contratados. Neste contexto, destacam-se também os serviços de saúde, atividade auxiliar de transporte, transporte rodoviário, educação, serviço auxiliar de administração de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

empresas e alimentação, o que retrata a diversidade do setor e sua natureza relevante na economia da Região.

O Senhor Henrique Tinoco lembrou que com estes drives, mostra-se razoável montar uma fundamentação técnica para a participação significativa dos recursos do FNE nesse setor, considerando, ainda a questão economia que está se modernizando e com forte presença deste setor. Neste sentido, sugeriu a elaboração de uma nota técnica conjunta com a Sudene ou, ainda, produzir no BNB e submeter à Sudene para validação da participação dos Fundos Constitucionais, com os percentuais apresentados para o setor comércio e serviços, entendendo que este documento seria suficiente ao atendimento daquilo que os órgãos de controle têm questionado. O Senhor Ademir Vilaça diz que a questão de serviços de fato não tem como fugir dela, mas acontece que no Nordeste a maior parte de serviços são de baixa produtividade, que o “filé” dos serviços são serviços industriais que têm mais valor adicionado. Informou também, que analisou os dados e viu que a maior parte dos serviços não são complexos, são simples e aí fez um levantamento da participação de cada setor produtivo na distribuição de emprego de acordo com a tipologia. E continuou o Senhor Ademir “ao contrário do que eu esperava, os serviços são mais fortes nas tipologias de alta renda, nas cidades pequenas esperava-se que o comércio e serviço teriam forte participação, mas não têm. Se a gente não orientar esse recurso de forma muito cuidadosa, podemos acabar aumentando a desigualdade intraregional porque as capitais vão absorver o recurso financiando serviços que não agregam valor. É importante termos o foco em valor adicionado, serviços complexos, serviços ligados a cadeias produtivas e tentar pensar isso como uma forma de desconcentrar esses serviços na região”. O Senhor Breno Arruda lembrou a finalidade dos financiamentos e acrescentou “vimos que em 2013/2014 a finalidade de giro e insumo de mercadoria era 20% do total do setor e aí observamos que nos últimos dois/três anos passou para 50% no total do setor. Ou seja, está havendo uma tendência de crescimento no financiamento de giro e uma queda no de capital fixo. O senhor Rafael Feitosa destacou que, em 2013 a alta renda representava 7% do destino de serviço como um todo e baixa renda representava 55% e continuou “quando vamos para 2018 dá uma inversão que vai para 50% de alta renda e cerca de 6% na área de baixa renda. Você percebe que isso é concomitante e só uma avaliação de impacto mais criteriosa para entender o porquê dessa inversão. Não conseguimos fazer isso ainda pela forma como os dados estão vindo para a gente, eles não têm uma abertura que permita a gente fazer esse tipo de análise”.

O Senhor Henrique Tinoco esclareceu que a correlação dos crescimentos destas operações de giro em áreas mais dinâmicas tem correlação direta com a robustez requerida, sob a ótica de risco, para os clientes mais estruturados, devendo ser considerado ainda questões sistêmicas de contração econômica, cabendo ao BNB, como instrumento de governo, um importantíssimo movimento anticíclico de apoio à atividade produtiva, num contexto de economia travada, cabendo ao Banco, observado seus requisitos de riscos, oportunizar recursos de giro com essas características, suportando o estoque das empresas, numa conjuntura em que ela não conseguiria manter com a dinâmica econômica em baixa. Defendeu, que este também é um papel de um Banco de desenvolvimento. O Senhor Ademir Vilaça ressaltou que em 2018 era fundamental aplicar tudo, e que ninguém acreditava que o Banco iria aplicar tudo em 2018, e que aplicou até mais do que o orçado, e acrescentou “agora temos que orientar, vamos qualificar para onde esse crédito está indo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

porque aí ficamos respaldado com relação ao órgão de controle, pois torna a política pública mais eficiente”. O Senhor Rafael Feitosa ponderou acerca da necessidade de uma contra argumentação à equipe técnica da Fazenda, inclusive ressaltando que toda política de desigualdade regional tem custo, bem como, indicar que se precisa envidar esforços no sentido de promover melhorias no “desenho” deste instrumento, de modo a ampliar o seu impacto na geração de emprego, renda e produtividade. E acrescentou “o Nordeste só sai do subdesenvolvimento se aumentar a produtividade dos fatores. Resumindo: o que fragiliza a gente diante da Fazenda é não ter uma contra argumentação técnica robusta para essa questão e uma coisa que já fazemos aqui é mostrar que não somos movidos exclusivamente pela demanda, embora a demanda também seja um fator importante. Na sequência O senhor Rafael Feitosa falou da necessidade de fortalecer o Condel. O Senhor Manoel Barreiros lembrou que as mudanças sugeridas vão encontrar grande aderência quando o Plano Regional vier para a discussão, e que isso vai contribuir para toda uma nova forma de atuação dos instrumentos de fomento a esse referencial maior.

O senhor Henrique Tinoco informou que o semiárido é uma região de baixíssimo dinamismo econômico e, na medida que o Fundo Constitucional foi crescendo, não seria razoável esperar que em toda esta evolução, as aplicações do FNE apresentassem volume mínimo de 50% no semiárido, e que isso seria um complicador e pontuou “achamos um ponto de equilíbrio, de cumprir o dispositivo constitucional em relação aos ingressos anuais que o Governo repassa ao Fundo, de forma que temos aplicado, via de regra, mais de 50% destes ingressos anuais e, por outro lado, se fosse na regra antiga, seria recorrente a necessidade de justificar porque não estávamos aplicando 50% do estoque”. O Senhor Henrique Tinoco informou, ainda em relação a governança do Fundo, que o Banco é cobrado na alocação mínima de recursos no semiárido, nas contratações nos portes pequeno e médio, além da alocação em regiões prioritárias, sendo que estas diretivas a serem observadas não necessariamente asseguram impactos no desenvolvimento regional, o que se mostra como uma contradição, na medida que restam obrigações de alocações, mas que podem não coincidir com aquelas geradoras de maior efetividade, na concepção da Política de Desenvolvimento, e que o Banco em sua atuação, agora com a parceria da SUDENE, procurará harmonizar o quanto possível. Na sequência, o representante do Banco falou sobre aplicação dos recursos por tipologia, mostrou a distribuição espacial do FNE e que 100% dos municípios tiveram pelo menos uma operação contratada. O Senhor Ademir Vilaça acha importante pensar na priorização de atividades não como exclusão das demais, mas como condição para dar condições diferenciadas para o que se considerar prioritário e informou que precisa saber quais as possibilidades, nestas condições diferenciadas, para “adequarmos nossa programação”. O Senhor Rafael Feitosa questionou se o Banco poderia encaminhar à Sudene os setores prioritários que não foram totalmente contemplados em 2018 e que volume ficou no estoque para 2019.

O Senhor Henrique Tinoco informou que vai encaminhar. O representante do Banco do Nordeste destacou alguns desafios na apresentação e passou a palavra para o Senhor Henrique Tinoco, que destacou a busca por ação mais efetiva, de uma alocação mais racional, da celeridade, enfim de todos os pontos destacados nos seminários e grupo de trabalho que avaliaram os Fundos Constitucionais, que esses desafios foram levados para todos os Gestores do Banco como direcionamento do FNE para 2019.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

O Senhor Ademir Vilaça comentou que a Fazenda fez uma avaliação de impacto com um método interessante, mas que tem seus defeitos e suas incompatibilidades com os instrumentos que estamos analisando. Informou que a Sudene está aplicando uma metodologia consolidada, de ponta, mas que não consegue fazer isso sem os dados identificados, acrescentou que na TI da Sudene há toda a estrutura para fazer isso, e pontou “conseguimos bases sigilosas do Ministério do Trabalho, uma inclusive vocês estão interessados, mas se não tivermos acesso a esses dados não iremos conseguir fazer a avaliação. São dados identificados (CNPJ e CPF), e precisamos porque os dados que estão no Ipea estão desatualizados”. O Senhor Henrique Tinoco perguntou aos representantes da Sudene se seria desconfortável o Banco repassar a obrigação do sigilo. O Senhor Ademir Vilaça informou que não, inclusive, que é importante, e que as informações não vão trazer nenhum dado do trabalhador ou da empresa, mas que é importante porque os dados do Ipea estão incompletos, que hoje só tem dado até 2014, o que faz com que a análise da Sudene seja limitada a esse período, e continuou “o estudo da Fazenda analisa o impacto do FNE no PIB do Município. A fraqueza desse estudo é que ele não diferencia as empresas que receberam incentivos daquelas que não receberam. Quando estivermos com a base identificada vamos conseguir ver exatamente o impacto do FNE”.

O Senhor Henrique Tinoco informou que atuaria para compartilhar as informações e repassar a responsabilidade do sigilo para a Sudene. O representante do Banco lembrou que a própria recomendação do TCU informa que é para retirar a identidade dos beneficiários, mas que a vedação poderia não ser aplicável a Sudene, posto que o MDR já acessa estas informações. O Senhor Ademir Vilaça disse que a Sudene está querendo essa informação identificadas, para fazer avaliação. O Senhor Rafael Feitosa sugeriu, em havendo questionamento quanto ao sigilo, informar ao TCU com todo respeito, que a atribuição cobrada da Sudene (avaliação de impacto) está sendo difícil de se executar em caso de não envio dos dados identificados por CPF e CNPJ por parte do Banco. O Senhor Henrique Tinoco aquiesceu com a demanda, e ficou de verificar os procedimentos para repassar os dados. Ele sugeriu, ainda, que colaboradores da Sudene fossem ao Banco do Nordeste para se reunir com técnicos do BNB, a Senhora Cláudia e o Senhor Rubens, para alinhar o *layout* e construção de uma base única para a Sudene e o MDR. Como desdobramento da reunião, o Banco do Nordeste ficou de encaminhar um convite para a Sudene para se fazer o fechamento com uma visita ao Banco do Nordeste para trabalhar o alinhamento das informações. O senhor Manoel Barreiros pediu os encaminhamentos para a próxima pauta. O Senhor Rafael Feitosa informou que na reunião semana anterior com a TCU, o órgão questionou sobre a programação para 2019 não estar disponibilizada. O Senhor Henrique Tinoco explicitou os ajustes ainda pendentes, do fechamento do balanço do FNE, mas aquiesceu em mandar a programação atual como aprovada, para publicização e, posteriormente, os ajustes.

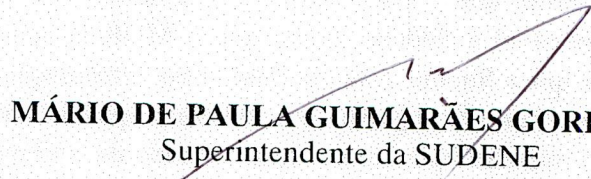
O Superintendente Mário Gordilho pediu aos representantes do MDR sugestões para a próxima pauta. A representante do MDR disse que as sugestões para a próxima pauta foram dadas na última reunião, que é a questão do Programa de microcrédito produtivo orientado; que é regulamentar o assunto no Condel; que tem as sugestões que a Sudene deu para o Proinfra e que da parte do MDR não tem o que acrescentar porque é preciso que os chefes estejam na reunião. O Superintendente Mário Gordilho informou que a previsão da reunião do Condel é 6 de maio, ficou combinado da próxima reunião do comitê ser realizada antes do Condel. Solicitou que a Ana e Priscila (MDR)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

formatassem um relatório sucinto para a reunião, embora o Ministro esteja querendo focar em cima do PRDNE, mas que um espaço para os Fundos também é importante e que se tenha o fruto da instalação do Comitê do FNE, que foi definido pelo Condel, até para dar satisfação aos Conselheiros e dar dados mais consistentes das análises feitas pelo Banco e Sudene, até pelo Ministério da Economia. A representante do MDR informou que vai passar a informação para os superiores.

O Senhor Henrique Tinoco informou que vai atualizar, na próxima reunião, a questão do alinhamento dos *layouts* das informações; a questão das políticas públicas que vai conversar com o TCU; um posicionamento sobre os dados identificados, além da apresentação do relatório de impactos de 2018. Ficou definido que a próxima reunião do comitê do FNE tem a agenda sinalizada para o dia 23/4/19, e que será formalizada a convocação posteriormente. O Senhor Mário Gordilho agradeceu a presença de todos. **Nada mais tendo a acrescentar**, o **Senhor Superintendente** da SUDENE deu por encerrada a reunião, da qual para constar, lavrei a ata, que vai assinada por mim, Manoel Barreira, pelo Senhor **Superintendente da SUDENE**, pelo Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos, Sérgio Wanderley Silva e pelo Superintendente de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste, Henrique Jorge Tinoco de Aguiar.


MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO
Superintendente da SUDENE


SÉRGIO WANDERLEY SILVA
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos


HENRIQUE JORGE TINOCO DE AGUIAR
Superintendente de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste